

# Secretarias de Estado

## Ministério da Justiça

### DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

#### Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores

PORTARIA DE 21 DE JULHO DE 1988

O Presidente da "Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores" no uso das atribuições conferidas à Comissão pelo inciso III, do artigo 2º da Portaria MJ nº 601, de 12 de dezembro de 1986 e face os termos da Portaria MJ nº 602, de 12 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 350 - Conceder autorização para compra de armas e munições a empresa CURSO PROFISSIONAL DE SEGURANÇA RONDONIA LTDA (Processo MJ nº 08475-1396/88), CGC nº 22.843.452/0001-78, especializada em curso de formação de vigilantes, conforme Portaria MJ nº 281, de 17 de junho de 1988, em estabelecimento comercial no Estado de RONDONIA. As armas nas quantidades abaixo mencionadas destinam-se ao uso exclusivamente em serviço pela empresa, limitado ao Estado de RONDONIA, devendo o Departamento de Polícia Federal cumprir de plano as exigências contidas no artigo 54, do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983: 60 revólveres calibre 38; 40 revólveres calibre 22; 20 escopetas calibre 12; 30.000 cartuchos calibre 38; 19.300 cartuchos calibre 22; e 3.960 cartuchos calibre 12, de fabricação nacional.

(Nº 38.457 - 29-07-88 - CZ\$ 12.089,00) KURT PESSEK

PORTARIA DE 27 DE JULHO DE 1988

O Presidente da "Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores" no uso das atribuições conferidas à Comissão pelo inciso III, do artigo 2º da Portaria MJ nº 601, de 12 de dezembro de 1986 e face os termos da Portaria MJ nº 602, de 12 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 372 - Conceder autorização para compra de armas e munições a empresa MINASFORTE S/A - TRANSPORTADORA DE VALORES (Processo MJ nº 08285-02959/87), CGC nº 17.428.731/0015-30, especializada em prestação de serviços de transporte de valores, conforme Portaria MJ nº 347, de 20 de julho de 1988, em estabelecimento comercial no Estado do ESPÍRITO SANTO. As armas nas quantidades abaixo mencionadas destinam-se ao uso exclusivamente em serviço pela empresa, limitado ao Estado do ESPÍRITO SANTO, devendo o Departamento de Polícia Federal cumprir de plano as exigências contidas no artigo 54, do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983: 24 revólveres calibre 38; 01 espingarda calibre 12, 1850 cartuchos calibre 38; e 225 cartuchos calibre 12, de fabricação nacional.

(Nº 38.464 - 29-07-88 - CZ\$ 13.816,00) KURT PESSEK

PORTARIA DE 29 DE JULHO DE 1988

O Presidente da "Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores", no uso das atribuições conferidas à Comissão, pelas letras "a" e "b", do inciso I, do artigo 2º, da Portaria MJ nº 601, de 12 de dezembro de 1986, e face os termos da Portaria MJ nº 602, de 12 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 389 - Conceder autorização para funcionamento à empresa VIGILÂNCIA TRIÂNGULO LTDA (Proc. MJ nº 08490-01825/87), CGC nº 79.894.168/0001-48, especializada em prestação de serviços de vigilância, para exercer as atividades, exclusivamente, no Estado de SANTA CATARINA.

(Nº 38.526 - 29-07-88 - CZ\$ 10.362,00) KURT PESSEK

### CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

ATA DA 127ª REUNIÃO (27.06.88) MANHÃ

As 10:00 do dia 27 de junho de 1988 reuniu-se o CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, na sala nº 308 do Edifício-Sede do Ministério da Justiça. **Conselheiros presentes:** EDUARDO AUGUSTO MUYLAERT ANTUNES - Conselheiro Presidente; ANTONIO EVARISTO DE MORAES FILHO, ELOAR GUAZELLI, EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA, ELIZABETH DA CUNHA SUSSEKIND, MIGUEL FREDERICO DO ESPÍRITO SANTO, NILZAR DO CARNEIRO LEÃO, ROGERIO LAURIA TUCCI e SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO. **Ausências justificadas:** Conselheiros JOSÉ ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS, JOÃO BENEDICTO AZEVEDO MARQUES, RENE ARIEL DOTTI e RUY DA COSTA ANTUNES. **I- Convidados presentes:** Doutores ANTONIO LUIZ CALDERARO TEIXEIRA e EDSON RAIMUNDO MACHADO, respectivamente, Diretor-Geral e Diretor da DIC/DEPEN/MJ; Doutor AMANTINO ROCHA SOARES - Presidente do CEP/CP de Mato Grosso do Sul, acompanhado dos Conselheiros MARCO FALCÃO e JOSE RIHAR ARAUJO. **II- Apreciação das Atas nºs 124ª, 125ª e 126ª** - Aprovadas

à unanimidade. **III- Comunicações:** a) pelo Presidente foi informado que face ao adiamento da reunião do Conselho que seria realizada em Salvador, será criada uma comissão para visitar o Sistema Penitenciário daquele Estado, a qual ficará incumbida de manter contato com as autoridades locais, no sentido de minimizar a grave situação prisional existente no Sistema; b) O Conselheiro EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA, informou que em agosto próximo, participará do "VI Simpósio Internacional de Vitimologia" a ser realizado em Jerusalém-Israel, onde, por indicação do Presidente, representará o CNPCP. **IV- Conselho de Política Criminal e Penitenciária do Estado do Mato Grosso do Sul** - Pelo Presidente foi facultada a palavra ao Presidente do CEP/CP/MS, Doutor AMANTINO ROCHA SOARES que à oportunidade informou que o recém instalado Conselho de Mato Grosso do Sul, é constituído por Magistrados, Professores, representante do Ministério Público, da Universidade e membros da comunidade. Disse que sua visita ao CNPCP traduzia o desejo de receber orientações do Órgão Nacional bem como daquilo que vem realizando. Ao Conselheiro MIGUEL FREDERICO DO ESPÍRITO SANTO foi solicitado pelo Presidente que enfocasse as pretensões do visitante. Com a palavra o Conselheiro ro em apreço ressaltou a importância da fiscalização do cumprimento da Lei nº 7.210/84, e, ainda da necessidade de sua implementação nos Sistemas Penitenciários das Unidades Federadas. Além disso realçou, entre outros, o tema sobre formação e treinamento de pessoal penitenciário e, genericamente, informou ainda sobre a alocação de recursos via DEPEN/MJ. Ao finalizar traçou um retrospecto das mais recentes atividades do CNPCP. **V- Presidência de Segurança Máxima/MS** - Ainda pelo Presidente do CEP/CP/MS, foi declinado que o presídio ora mencionado, a ser entregue brevemente, poderá ser dirigido por pessoal não especializado e, face a essa dificuldade, solicitou orientações quanto ao procedimento a ser adotado; ante a essa colocação, o Presidente designou o Diretor-Geral do DEPEN para atendê-lo após o término da sessão. **VI- Processos e expedientes relatados:** 1) Conselheiro ROGERIO LAURIA TUCCI - a) Telex S/Nº - oriundo da Justiça Federal/PE - Assunto: cumprimento da pena na justiça comum e na justiça federal. **VOTO:** pela manutenção de seu parecer anterior sobre o assunto com o aditamento em que transcreve a publicação contida em monografia escrita pela Procuradora da República do Estado de Santa Catarina, Doutora ELA WIECKO V. DE CASTILHO, que se posiciona sobre a matéria tal como o Parecer do Relator. **Decisão-CNCP:** pela aprovação unânime. 2) Conselheira ELIZABETH DA CUNHA SUSSEKIND - a) Ofício S/Nº e data/de abril/1988 - Assunto: medidas de proteção aos Servidores Penitenciários, que lidam com AIDS. **VOTO:** "pela discussão do tema, montando um seminário interdisciplinar que auxilie a decisão que, aplicada a nível nacional, diminua os efeitos dolorosos da discriminação da AIDS na prisão e através da prisão". **Decisão-CNCP:** pela aprovação unânime. 3) Conselheiro NILZAR DO CARNEIRO LEÃO - a) Aviso CGR-124/88 - Assunto: concessão de indulto - homenagem a Tiradentes - **VOTO:** pelo arquivamento. **Decisão-CNCP:** pela aprovação unânime. 4) Conselheiro MIGUEL FREDERICO DO ESPÍRITO SANTO - Assunto: Relatório de visita do CNPCP à Região Nordeste. Ao iniciar o Relatório informou que no período compreendido entre 22 a 24 de novembro de 1987, o CNPCP realizou sua terceira reunião descentralizada, denominada "Reunião-Região Nordeste" em Recife. Após, informou ainda que o Conselho se desdobrou em grupos para que fossem visitados os estabelecimentos penitenciários de toda região, inclusive aqueles que sediaram a sessão descentralizada do CNPCP. Conhecida a realidade dos estabelecimentos visitados, os relatores de cada grupo concluíram pelos dados encaminhados ao Relator Geral da Região, cujo teor segue: "Pelos dados recolhidos, é possível formular uma avaliação que abranja os recursos à disposição dos serviços penitenciários dos Estados da Região. Resalta, desde logo, a inexistência, propriamente, de sistemas penitenciários. Encontramos na verdade, sistemas de carceragem, cuja tônica é o alijamento às disposições da Lei nº 7.210, de 11 de junho de 1984 (Lei de Execução Penal). O artigo 203 e parágrafos da Lei aludida, que determina que no prazo de seis meses, a contar de sua publicação, devam ser editadas as normas complementares ou regulamentares, necessárias à eficácia de seus dispositivos não auto aplicáveis, projetadas às adaptações, construções e equipamentos dos estabelecimentos e serviços penais nela previstos e providenciada a aquisição ou desapropriação de prédios para instalação de casas de albergados, ainda é desconhecido. Salvo referência à legislação estadual complementar da Lei de Execução Penal, em Pernambuco, dos outros Estados da Região colheu-se o mais absoluto silêncio sobre a matéria. Nenhum Estado compôs projeto global visando adaptar seu "sistema penitenciário" às disposições da Lei de Execução Penal. Existem, em uma ou outra Unidade da Federação projetos isolados que, em muitas vezes, fogem ao espírito modernizador da Lei de 1984. Age-se da mesma forma em relação à instalação de casas de albergados. A Casa do Albergado e Egresso Jorge Calmon, no Estado da Bahia, inaugurada em 1985, com capacidade para oitenta (80) residentes, é uma exceção. Observa-se, por outro lado, pelos dados coletados, o distanciamento que os critérios que informam a administração do cumprimento de pena, pelos serviços penitenciários estaduais da Região, guarda dos critérios estabelecidos pela Lei de Execução Penal. Nota-se a preponderância do modelo massivo de encarceramento, propício à emergência de lições negativas e mantido à custa de repressão. Não existem as Comissões Técnicas de Classificação, criadas com "atribuições específicas para elaborar o programa de individualização e acompanhar a execução das penas privativas da liberdade e restritiva de direitos", consoante a Exposição de Motivos da Lei de Execução Penal. No mesmo passo, a classificação dos condenados, entendida pelo legislador como "requisito fundamental para demarcar o início da execução científica das penas privativas da liberdade e da medida de segurança detentiva" e vista como "desdobramento lógico do princípio da personalidade da pena inserido entre os direitos e garantias constitucionais", não é realizada. O único Estado que mantinha um incipiente instituto para fins de observação criminológica e de classificação de condenados, fechou-o. Assim, ausentes os mecanismos básicos para sustentar uma ação ressocializadora nos moldes propostos pela Lei de Execução, os serviços penitenciários